

Entrevista
Revista Outros Tempos
Dossiê História Social dos Sertões

Janeiro/2021

Na entrevista a seguir o prof. José Carlos Aragão (UFMA/Codó) apresenta um panorama bastante interessante de suas experiências na docência e na pesquisa, com foco em sua atuação pelos sertões do Maranhão. Com vasta experiência no ensino de História e na formação de professores da educação básica, o docente e pesquisador da UFMA aborda problemáticas cruciais da área da educação superior em nosso país, tratando de diversos temas, como a precarização dos recursos para pesquisa, redução de bolsas para estudantes, ataques contra as universidades públicas, dentre outros espinhosos tópicos, agravados nos últimos anos.

Egresso da graduação em História da UEMA de Caxias, o Prof. Aragão percorreu os caminhos da pós-graduação na UFPI e na UnB, deslocando-se pelo interior do Brasil em busca de sua qualificação. Atualmente, exerce a docência no Campus de Codó, no curso de Ciências Humanas/ História, onde coordena o projeto editorial da Revista Terra de Pretos, apresentada a seguir. Nosso entrevistado vem contribuindo, juntamente com seus colegas do Campus de Codó, para a consolidação da formação de professores, com prolíficas discussões acadêmicas que extrapolam os muros da universidade, refletindo no aumento da oferta de docentes e na melhora na qualidade do ensino na região dos cocais. No que tange à pesquisa, o Prof. Aragão desenvolve projeto intitulado “As consequências da escravidão negra: pobreza, analfabetismo e exclusão social dos afrodescendentes em Codó, Maranhão”, em diálogo com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões – NEPHSertões. Seu olhar atento aos grandes desafios sociais do interior do Maranhão está presente em suas respostas, que apresentam um conteúdo bastante sensível às armadilhas persistentes da pobreza e enormes desigualdades que ainda atormentam a realidade brasileira.

Segue o conteúdo da entrevista. Boa leitura!

- 1. Caro professor José Carlos Aragão é um prazer entrevistá-lo e contar com sua contribuição para esta edição da revista Outros Tempos. Gostaríamos de começar perguntando sobre sua trajetória acadêmica, como foi sua formação como historiador e qual sua visão sobre o ensino de história no interior do Maranhão?**

Iniciei meus estudos de História no Cesc/UEMA no segundo semestre de 1991. Encontrei naquela época uma universidade que atravessava diversos problemas, como falta de professores, de biblioteca, de salas de aulas e até de cadeiras, entre outros. Não obstante, havia muita gente empolgada e engajada na luta por uma universidade pública e de qualidade. Na verdade, foram esses universitários, o que me inclui também, os responsáveis pelas mudanças que ocorreram nesse centro universitário de Caxias, as quais podem ser usufruídas hoje pelos acadêmicos que ali se encontram. Com efeito, sem a luta dos acadêmicos da década de noventa do século passado, não teria havido concursos para professores e tampouco a construção da biblioteca, assim como novas salas de aulas e laboratórios. Essa luta, inegavelmente, foi fundamental para que pudessemos ter mais ofertas de disciplinas de História durante o curso [os demais cursos também foram beneficiados pelo concurso para professores na mesma medida]. Vale sublinhar que muito do que foi conseguido a partir das lutas travadas pelos acadêmicos da década de noventa não foram usufruídas por eles. Mas isso não importa para nós que sabemos que muito do que temos hoje é fruto das lutas de outros.

Considerando, portanto, o panorama social (dentro e fora da universidade) durante a minha formação de historiador, posso assegurar que ela se deu de forma bastante dialética entre a teoria e a prática na universidade, assim como entre a realidade excludente de nossa sociedade e a luta para mudá-la. Posso dizer, então, que minha formação foi forjada na luta, pois não aceitamos o que a classe dominante nos oferecia numa universidade pública como o suficiente (poucos professores, salas limitadas, sem biblioteca, laboratórios, cadeiras e banheiros insuficientes e em péssimo estado). Ao não aceitar essa situação, posso afirmar que tanto eu quanto a maioria dos meus colegas daquela década tornaram-se profissionais mais humanos, assim como seres humanos melhores. Claro que existem aqueles que, apesar dos desafios enfrentados no Cesc/UEMA, não aprenderam com essa luta de classe.

Encerrada minha jornada discente na UEMA, no final da década de 1990, passei a estudar na Universidade Federal do Piauí – UFPI. Nessa prestigiada universidade tive a oportunidade de alargar meus horizontes com a Especialização em História do Brasil. Momento em que pude aprender novos paradigmas com professores da linha não marxista e adeptos da Nova História Cultural. Foram momentos de muito aprendizado e diversas discussões. Ainda guardo viva as memórias de nossos encontros após as aulas, onde, regados com cervejas e boas conversas, ficávamos entretidos por horas. Dessa rica convivência fraterna, motivei-me a fazer o mestrado. Assim, em 2001, fiz seleção para a primeira turma do mestrado em Políticas Públicas da UFPI. Aprovado entre os mais de cem candidatos, iniciei o mestrado em 2002 e concluí em 2004. Considero que, para minha formação, essa experiência foi fundamental para a entrada no Doutorado, em 2005, na Universidade de Brasília – UnB. De fato, sem a base de pesquisa construída na UFPI, o doutorado na UnB teria sido mais difícil.

Em Brasília encontrei-me com outro universo acadêmico e social. Numa cidade impessoal e bastante diversa, a aproximação das pessoas se torna difícil e, às vezes, até impossível. Mesmo assim, como um bom maranhense e nordestino que procura se enturmar, fiz algumas amizades importantes nesse novo universo. Eram eles/as estudantes vindos de fora de Brasília que, como eu, estavam ali para aprender com alguns docentes renomados, de nomes nacionais e internacionalmente conhecidos.

Minha estadia em Brasília durou até 2009, quando concluí o doutorado. Durante esse período, alternei o tempo entre a capital do país e o Maranhão. Considero que esse foi o período de amadurecimento de minha profissão de historiador. Momento que também pude atuar como professor na UnB e na UEMA. O primeiro como estagiário no estágio de docência do Doutorado; e o segundo como professor substituto de História.

Acredito que a experiência como docente na UEMA entre 2006 e 2007 trouxe-me uma visão importante sobre o ensino de História no interior do Maranhão: a de que nossos discentes estão em pé de igualdade no aprendizado com qualquer outro estudante de estados do Centro-Oeste, Sul e Sudeste. De fato, é possível dizer que os resultados do ensino de História no interior do Maranhão são os melhores possíveis. E não estou falando para ser benevolente com os historiadores que atuam no interior do estado ou dizer que estou puxando a brasa para minha/nossa sardinha. Os dados são reais. Tenho ex-alunos/as da UEMA de Caxias com mestrado e doutorado, assim como da UFMA,

onde meus ex-alunos também já estão atuando na docência, muitos deles já com curso de mestrado e outros ingressando no doutorado.

Não há dúvida de que isso reflete a qualidade do ensino de História no interior do Maranhão. Quero sublinhar também que o ensino de História na Educação Básica tem avançado significativamente nas primeiras décadas do século XXI. Isso é resultado de uma formação mais sólida e continuada de nossos historiadores que atuam nessa etapa da formação básica de nossos alunos. Não obstante, faz-se ainda necessário uma maior aproximação entre a universidade e a Educação Básica. A democratização do saber a nível de pós-graduação precisa chegar ao interior do Estado, pois não temos mestrados e doutorados em História no interior do Maranhão, o que dificulta a continuidade da formação de nossos colegas que atuam na base do ensino.

2. O Campus de Codó da Universidade Federal do Maranhão completou no ano passado 10 anos de sua reestruturação, contando com a implementação do curso interdisciplinar de Ciências Humanas/História, do qual você atualmente é o professor decano. Com base em sua experiência como docente numa instituição pública sediada no sertão dos cocais, quais foram os maiores desafios enfrentados nas jornadas de formação de professores da UFMA/Codó nesta última década?

O Campus Universitário de Codó é uma grande conquista para UFMA e para os habitantes desse município, assim como para toda a região desse sertão imenso que é alcançado por nossa universidade. Quando cheguei, em 2010, muitos eram os desafios que emergiam. Vou citar dois que inicialmente preocupavam a mim e meus colegas. O primeiro era atuar em um curso Interdisciplinar em Ciências Humanas com um grupo de professores bastante heterogêneo. Na verdade, era tudo muito novo para nós, a começar pelo Projeto Político Pedagógico que definia que nossa atuação seria por projetos e não por disciplinas separadas como estávamos acostumados a fazer. O segundo seria integrar os alunos a esta nova proposta de ensino onde eles deveriam ter aulas/seminários com um, dois ou mais professores e seriam avaliados por descritores que deviam medir suas habilidades e competências, algo completamente diferente daquilo que estavam habituados, o sistema de notas.

A preocupação com os cursos e com os desafios que se apresentavam de imediato levou-nos a reunir com frequência para discutir o PPP dos cursos de Ciências

Humanas e Ciências Naturais. Parece estranho, mas nós das Ciências Humanas também atuávamos no outro curso por duas razões: a interdisciplinaridade e a falta de docentes. A partir dessas reuniões aprendemos muitos com a partilha de conhecimentos entre os colegas de outras áreas. Contudo, nossas incontáveis horas de trabalhos e discussões não foram suficientes para superar as barreiras estabelecidas por anos da disciplinaridade em nossa universidade. Esse foi, portanto, o modelo de ensino que acabou prevalecendo na UFMA. De fato, em 2012 já havia uma ampla discussão para o retorno à forma de trabalho disciplinar que tinha sido encabeçada por alunos e professores de diversos campus do continente onde haviam os cursos, os quais reclamavam das dificuldades do modelo de ensino, principalmente, para avaliar os resultados do aprendizado e para definir a formação específica do discente de Ciências Humanas.

Em meio a essas discussões, os cursos assumiram um caráter disciplinar em 2013. A interdisciplinaridade permaneceu limitada à permanência das disciplinas de Filosofia, Geografia, Sociologia e Fundamentos da Educação no curso que passou a se chamar de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, tendo em vista que para a formação específica de nossos alunos do Campus de Codó foi escolhida a área de História. Passadas essas etapas que aqui foram resumidas em poucas linhas, já que existem muito mais coisas a relatar, demos continuidade aos trabalhos de fixação e permanência de nossos discentes no Campus. Ou seja, precisávamos continuar com nosso projeto coletivo de tornar o Campus num ambiente universitário nos moldes daqueles dos grandes centros universitários. Para isso, era preciso manter os projetos de pesquisa, ensino e extensão. Assim, mantivemos a rotina e os incentivos aos nossos colegas para realizarem as três bases de sustentação da universidade pública. Isso favoreceu a permanência de diversos alunos que não tinha como se manter no Campus devido à pobreza a que eram submetidos, condição que ainda acomete muitos estudantes dos sertões maranhenses. De fato, ouvi diversas vezes, em depoimentos de meus alunos que, não fosse a bolsa (Pibid, Pibic, Auxílio, Permanência, etc.) jamais teriam concluído o curso.

Nesses dez anos, completados em junho de 2020, alguns desafios ainda permanecem, porém outros nos preocupam muito mais, como por exemplo, a conservação e a existência da própria universidade, nesse caso, de nosso Campus de Codó, que se encontra ameaçado pelos constantes cortes de recursos para a UFMA e

demais universidades, num verdadeiro ataque à educação e à ciência em nosso país. Ser Historiador nesse momento exige muito mais de nós do que noutros tempos, quando tínhamos apenas que explicar sem ter que vivenciar os horrores do fascismo que agora acomete nossa sociedade e nossos alunos de forma tão veemente e tem nos transformado em inimigos preferenciais para ataques daqueles que sequer sabem o que realmente significa História.

3. Complementando a última pergunta, qual a importância da formação continuada de professores da Educação Básica no interior do Maranhão num âmbito geral?

Como já mencionei na primeira pergunta, a formação continuada para professores depende também de uma democratização do acesso a essa formação. Não basta somente o professor querer, é preciso ter condições e onde fazer sua qualificação. Além disso, é preciso incentivo para formação do docente. Certa vez, disse a uma Secretaria de Educação de Codó que não basta exigir que o docente faça qualificação. É preciso dar a ele condições para tal tarefa. Ou seja, possibilitar ao docente tempo e bolsa de estudo condizente com a qualificação que irá/está fazendo. Não dá para pensar em qualificação quando isso implica na perda de rendimentos essenciais para o sustento próprio e da família. Além disso, em nosso estado não existem Programas de Pós-graduação em História no interior. Na verdade, temos poucos programas a nível de mestrado no chamado Continente, os quais se resumem às experiências exitosas da UFMA em Imperatriz, Chapadinha e Bacabal; e da UEMA, em Caxias, que enfrentaram as difíceis etapas da Capes para a implantação, mantendo-se ainda na luta pela permanência desses Programas de Pós-graduação no interior.

Democratizar o acesso à qualificação *stricto sensu* ainda é um desafio que devemos enfrentar como universidade. Eu penso que isso pode ser feito de forma coletiva unindo as universidades públicas e seus docentes. Por exemplo, acho, ou melhor, tenho certeza que podemos fazer um mestrado em História juntando o Campus da UFMA de Codó e o Campus da Uema/Caxias. Isso daria uma alavancada importante nas pesquisas na região leste do sertão maranhense. Ademais abriria caminho para a formação continuada de nossos docentes com a consequente elevação da qualidade do ensino de História na Educação Básica do Maranhão e, quem sabe, até mesmo de outros estados, a partir do intercâmbio que ocorrerá nesse Programa de Pós-graduação.

4. Sabe-se que a expansão das universidades públicas pelos sertões do Brasil marca um ponto de inflexão na interiorização do ensino superior, ainda ausente em vastas áreas do país. Vários cursos na área das humanidades foram implementados dentro do referido processo, incluso graduações em História. Ao observar esse quadro, diante da sua experiência no ensino superior, como você enxerga a geração de novos historiadores e historiadoras formados nos sertões do Brasil?

Vejo com muito otimismo a geração de novos historiadores na qual nos incluímos e que também estamos ajudando a formar. Acredito que a História ainda é muito importante e fascinante nesses tempos em que o mundo parece se redefinir em meio às tecnologias e às novas ondas de autoritarismo e fascismo que atingem fortemente os jovens de todo planeta. A luta não é fácil, mas percebo que a nova geração de historiadores está experimentando aquele prazer de ser historiador tal qual Marc Bloch asseverou em seu livro *Apologia da História*¹. Aliás, quando Bloch escreveu essa obra, ele buscou responder a uma pergunta que quase sempre vem à baila em nossa sociedade: para que serve a História?

Acredito que hoje, como em tantos outros momentos difíceis que atravessamos nessa longa caminhada da humanidade, a nova geração de historiadores tem o inabalável compromisso de responder aos desafios que se apresentam nessas duas primeiras décadas do século XX e novamente afirmar, como Bloch, para que serve a História. Afinal, nosso dever indelével é interpretar as experiências humanas ocorridas num passado distante ou recente, sem esquecer, claro, dos acontecimentos do tempo presente que também interferem em nossas análises. Assim, embora não sejamos “oráculos”, como já nos disse Eric Hobsbawm em uma entrevista que virou livro pelas mãos do italiano Antonio Polido², não podemos deixar de refletir sobre o futuro e as consequências do passado sobre ele. A propósito, Hobsbawm, em *a Era dos Extremos*, mostra sua preocupação com a “destruição do passado”, ou seja, a destruição dos “mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas”. Para esse renomado historiador, os jovens do final século XX cresciam “numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

² HOBBSAWM, Eric. *O Novo Século*: entrevista a Antonio Polido. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

em que vivem”. Por conta disso, Hobsbawm sublinha que o ofício do historiador “é lembrar o que outros esquecem”³.

Lembrar, portanto, faz parte do compromisso ético dos historiadores com o futuro e com a História. O que, concomitantemente, significa que temos também deveres a cumprir com a humanidade. Essa tarefa requer de nós historiadores e, principalmente, dos jovens historiadores, um olhar voltado para as bases da sociedade, para aqueles lugares esquecidos e condenados ao esquecimento, pois é desse oceano de experiências humanas que emergem importantes acontecimentos históricos que a classe dominante prefere manter ocultos da maioria da sociedade. Noutros termos, a nova geração de historiadores deve manter a sempre atual perspectiva da “História vista de baixo” que tanto nos ajudou a entender esse mundo desigual e complexo.

Acredito, ainda, que o compromisso com o lembrar, com a História dos Sertões e com a História local, ganhou novos significados e contornos desde o pioneirismo de Durval Muniz, com a obra “A Invenção do Nordeste”⁴. De lá para cá temos visto diversos trabalhos que versam sobre a História local, tornando mais próximo de nós a historiografia acerca de nosso passado, abrindo caminho para novos referenciais teóricos e paradigmáticos.

5. Entende-se que a formação qualificada de professores da educação básica é um dos grandes desafios da educação brasileira, nesse sentido como você avalia a importância do PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - em universidades do interior do Maranhão?

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, mais conhecido na academia como PIBID, é um dos grandes programas criado pelo MEC/Capes ainda na gestão de Lula. Faço parte dele desde 2011, quando iniciamos o primeiro projeto na Escola Família Agrícola (EFA) Irmã Lore Wicklein. Foi uma experiência exitosa de mais de cinco anos na zona rural de Codó, a qual envolveu mais de sessenta alunos durante esse período de trabalho na EFA. Devido aos ataques à educação e às universidades federais que vêm ocorrendo desde o golpe contra Dilma, em 2016, os quais promoveram cortes de bolsas e recursos de custeios, hoje atuamos somente na

³ HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2001.

área urbana do município com menos da metade dos bolsistas que tínhamos anteriormente. Desde 2018, o projeto conta apenas com oito bolsas para discentes e os coordenadores recebem metade ou um 1/3 da bolsa. No projeto para o biênio 2020/2021, as coisas pioraram ainda mais, pois estou dividindo a bolsa de R\$ 1.400,00 com mais dois coordenadores do PIBID de outras unidades da UFMA. Fato que quase equipara a bolsa docente com o valor recebido mensalmente pelos discente.

Não obstante, não há dúvidas que o PIBID tem tido uma dupla relevância para o ensino nos Campus universitários do interior do Maranhão. A primeira é que esse programa coloca desde cedo o discente em contato com a sala de aula na Educação Básica, o que favorece a integração e a interação mais rápida da teoria aprendida na UFMA com a prática fora do espaço universitário. Isso proporciona também uma maior aproximação da universidade com a escola pública, assim como engendra e fortalece os vínculos com a docência, concomitante ao fazer-se professor. A segunda relevância é que a bolsa de iniciação à docência ajuda a garantir a permanência do aluno na universidade, dado o empobrecimento que atinge grande parte de nossos acadêmicos do município, quadro de precariedade que se revela ainda pujante em nosso estado, onde mais da metade da população sobrevive com menos de um salário mínimo, conforme dados do IBGE. Indubitavelmente, corroboram com essa lamentável realidade que salta aos olhos, e os diversos depoimentos que tenho ouvido durante a minha experiência no PIBID, onde, por inúmeras vezes, escutei dos discentes que a bolsa do PIBID faz parte da renda familiar e que sem ela não seria possível permanecer na UFMA.

No que concerne à primeira relevância do PIBID na vida dos discentes, o contato com a sala de aula tem se revelado um ganho inestimável. Afirmando isso porque mais da metade de nossos ex-bolsistas já estão atuando na Educação Básica de Codó e nos municípios da região atingida pela universidade, tanto na esfera pública quanto na privada. Além disso, enche-nos de orgulho termos ex-pibidianos cursando mestrado dentro e fora do Maranhão, além de outros que já concluíram, tendo inclusive uma ex-bolsista PIBID que também foi minha orientanda na monografia que hoje é professora do IFMA e recentemente lançou em livro sua dissertação de mestrado⁵. São resultados que coadunam literalmente com o que fora constatado por Bernardete A. Gatti; Marli E. D. A. André; Nelson A. S. Gimenes e Laurizete Ferragut ao pesquisar a importância do PIBID e perceber a força desse programa nas universidades brasileiras, quando alcançou

⁵ SOARES, Alda. "A Escola": memórias de um jornal codoense (1916-1920). Curitiba: Appris, 2021.

em 2014 mais de quarenta instituições federais de ensino superior, com 90.254 bolsistas, distribuídos em 855 Campus de 284 IES públicas e privadas⁶.

Infelizmente, depois do golpe contra Dilma e a democracia, em 2016, o número de bolsas caiu para 58.055. Dois anos depois, os editais do PIBID 2018 apontavam uma disponibilidade de 45.000 bolsas. Em 2020 esse número tornou a ser reduzido de forma brusca. Conforme a Coordenação Institucional da UFMA, temos hoje no país 30.096 bolsas e o Maranhão com 624 desse montante. Vale Sublinhar que a somente a UFMA já teve mais de mil bolsas. Lamentável o que ocorre agora com o PIBID, a Educação e a Ciência em nosso país.

6. Na mesma direção da pergunta anterior, como você avalia o papel do PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – no processo de formação de docentes atuantes em áreas rurais?

Minha experiência com Programas de Formação de Professores como o PARFOR já vem desde o início da primeira década desse novo século. Comecei dando aulas pela UEMA em um programa que se chamava PROCAD e atingia diversas cidades do Maranhão dando bons resultados, apesar das dificuldades. Em 2009, quando fui professor efetivo da UESPI, atuei nas turmas que iniciavam as primeiras experiências do PARFOR/Capes no sertão piauiense na cidade de São Raimundo Nonato, região do Parque Nacional da Serra da Capivara. Lá encontrei diversos/as alunos/as entusiasmados/as com a possibilidade de uma graduação em História. Eu era, naquela ocasião, o único doutor que eles conheciam na universidade. Por conta disso, ficavam ainda mais animados. Em igual medida, eram gratos ao Governo Lula pela oportunidade e pelo acesso que lhes dava através do PARFOR a uma graduação. Antes o Governo Lula e o Governador do PT já vinham investindo na região para tirar os municípios do mapa da fome no Brasil. O foco principal era Guaribas. E era de lá que vinham mais de um ônibus de professores para se graduar em História, Geografia, Letras e Pedagogia.

Não fiquei lá até o final, pois mudei para Codó em junho de 2010, quando assumi minha vaga na UFMA. Aqui trabalhei em algumas turmas de PARFOR, porém

⁶ Estudo Avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Disponível em: <https://uab.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/24112014-pibid-arquivoAnexado.pdf> - acessado em 28/01/2020.

atuei pouco nas turmas de História, tendo vista que o curso é dirigido por São Luís e nunca fui solicitado pelo Departamento de História da capital. Minhas atuações têm sido nas disciplinas de História da Educação nos cursos de Pedagogia ou em cursos que têm essa disciplina em sua grade curricular. Não obstante, vejo o PARFOR como um espaço formativo de elevada importância no cenário maranhense. Em Codó, a qualificação de profissionais da Educação Básica tem surtido efeitos significativos. Acredito que a melhoria do IDEB do município, mesmo ainda não atingindo as metas previstas, tem relação com o PARFOR, dada a quantidade de profissionais que estão matriculados nas turmas de graduação.

No tocante às áreas rurais, na qualificação dos docentes que atuam nas escolas do campo, o PARFOR tem sido uma oportunidade ímpar. Ouso também dizer que professores das escolas rurais superam as expectativas pelo compromisso e dedicação que têm ao curso. Digo isso porque conheci alunos do PARFOR do município de Buriti Bravo que acordam muito cedo para estar presente nas aulas dentro do horário. Muitos levam sua comida pronta para não ter que voltar à zona rural nos intervalos. Alunos de Timbiras e Coroatá se destacam constantemente no desenvolvimento de suas atividades e nas avaliações. Mesmo se descolando por quilômetros até Codó, não perdem o interesse pelas disciplinas e tampouco pelo curso que estão fazendo. Acredito que por conta do esforço dos professores e pelo direito que eles têm na UFMA, a Coordenação de Pedagogia se empenhou junto ao reitor para que os discentes do PARFOR também fossem contemplados com chips e tablets para assistir aulas remotas. O PARFOR continuou mesmo com a pandemia do Novo Coronavírus que se tornou mais um desafio na já difícil jornada dos professores que fazem parte do programa. Não posso deixar de mencionar também que, como o PIBID, o governo vem tentando acabar com ele desde o golpe de 2016.

7. Voltando ao foco específico da formação de professores e professoras de História, quais temas e problemas mais presentes nas pesquisas dos estudantes de graduação você tem observado?

Quando falei anteriormente de Hobsbawm e sua obra *Era dos Extremos*, sublinhei a preocupação desse historiador acerca dos jovens e seu conhecimento sobre o passado. A inquietação do autor não era e não é desprovida de razão, tendo em vista que hoje, em nosso país, pagamos o preço dos jovens estarem vivendo numa espécie de

“presente contínuo” e, talvez, achando que não existe nenhuma vinculação de suas vidas com passado, a exemplo das sequelas autoritárias da ditadura civil/militar que vivemos por mais de vinte anos.

Digo isso porque há quase dois anos participei de uma banca de monografia de um dos nossos alunos do Campus da UFMA de Codó, onde esse acadêmico interpretou as falas dos alunos do terceiro ano de uma escola estadual do município a respeito das imagens da ditadura. Uma parte da monografia que me chamou bastante a atenção foi a interpretação de um discente entrevistado que expôs sua concepção de uma fotografia já bastante conhecida na história brasileira, onde dois policiais atacam com cassetetes um jovem que está quase caindo durante sua tentativa de fuga [essa foto foi até utilizada pelos grupos de extrema-direita na fabricação de uma fake news com o rosto de Lula]. Na acepção desse aluno do terceiro ano, os policiais que agridem o jovem em 1968 estão apenas batendo em um “vagabundo”. Estão agredindo violenta e justificadamente alguém que está atrapalhando a ordem vigente. Ao ler essa parte da monografia, percebo que o que vem primeiro à mente do discente secundarista é a imagem que ficou cristalizada pelo autoritarismo, cuja violência tem sido a forma mais rápida de resolver os conflitos sociais, assim como a que parece ser aceita por esse jovem. Outro fato que chama atenção para essa imagem de 22 de junho de 1968, é que o nosso jovem secundarista da segunda década do século XXI não se coloca no lugar daquele que apanhava da polícia. Ele não se vê como um estudante, como um igual que sofre outras formas de violências cotidianas e que também está sujeito às agressões da polícia, as quais podem até mesmo culminar em sua morte, tendo em vista o elevado número de jovens, principalmente negros, que têm tido suas vidas ceifadas pela polícia no Brasil. Apontei esse exemplo como um tema e um problema a ser pesquisado junto à nossa sociedade e à nossa juventude. De fato, isso evidencia nossa falha com o Ensino Básico e chama-nos atenção para nossos conteúdos e metodologia de ensino no Ensino Superior na formação de professores e professoras de História que atuarão na base. Vejo, desse modo, que Hobsbawm está mais atual do que nunca quando constatamos que não estamos ou não sabemos lidar de forma mais eficiente com a interpretação do passado em nossas escolas. Acredito que a onda de negacionismo e de mentiras que têm sido veiculadas diariamente na atualidade tem a ver com o ajuste de contas que não fizemos com nossa história acerca dos crimes da ditadura em nosso país. Debater essa problemática desde o Ensino Básico com a definição clara dos crimes de tortura, assim

como desconstruir as imagens de terroristas, vagabundos e bandidos que foi atribuído à esquerda no Brasil, teria nos livrados do retorno à barbárie que enfrentamos agora.

Costumo dizer para nossos alunos que o grande desafio que ainda encontramos na universidade é conseguir que os discentes pensem de forma autônoma. Pensar sem a interferência daquela voz da elite dominante que lhe sopra ao ouvido, tal como ressaltou Michel Foucault em *A ordem do discurso*⁷. Dito de outra forma, é perceber que o ensino, a pesquisa e a extensão, tripé da universidade pública e de qualidade, não resolverão os graves problemas de desigualdade se não houver por parte de nossos acadêmicos a compreensão das causas da abissal distância entre pobres e ricos em nosso país.

8. Recentemente o colegiado de Ciências Humanas/História submeteu o projeto da Revista Terra de Pretos, que está sob sua coordenação, no âmbito dos periódicos da UFMA. A proposta foi referendada e recebida com muito entusiasmo pela comunidade acadêmica. Gostaríamos que você falasse um pouco sobre o projeto da revista e da importância na divulgação das pesquisas produzidas no interior do Maranhão.

A Revista Terra de Pretos é o fruto de uma longa sementeira em Codó. Acredito que, apesar do tempo, ela nasceu em um momento importante e como um instrumento de luta de nossa universidade para nos animar nesses tempos difíceis que atravessamos. Estou bastante entusiasmado com ela. Isso ajudou muito desde a elaboração do projeto editorial até o lançamento de nosso primeiro número, o qual está recheado de bons artigos de pesquisadores de diversas universidades e de elevado nível. Contudo, devo dizer que não é uma tarefa fácil criar e manter uma revista científica em funcionamento. Descobri isso quando comecei a construir a estrutura da revista e, de imediato, deparei-me com as diversas particularidades, regras e normas que ela tem para ser um periódico científico. Depois constatei que um desafio maior ainda seria encontrar interessados em publicar em uma revista que está iniciando, sem ISSN e tampouco Qualis [agora já temos ISSN]. Isso exigiu uma boa conversa de convencimento com aqueles que nos procuravam e uma ampla propaganda da Revista Terra de Pretos com a criação de um site provisório até a implantação definitiva no sistema OJS e sua incorporação na plataforma de periódicos da UFMA. Isso levou mais de oito meses.

⁷ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

Depois de todo esse tempo foi possível dizer: conseguimos! Mas não foi fácil. Por conta disso, ainda mantemos continuidade na divulgação da Terra de Pretos por onde vamos. Aliás, ressaltamos seus artigos entre docentes e discentes de nossa instituição, assim como de outras universidades dentro e fora do país. Aliás, vale dizer que temos recebido diversas visitas em nosso site das mais várias partes do mundo. Outra estratégia que também usamos para a divulgação da Terra de Pretos são as indexações que temos conseguido em plataformas que abrigam revistas científicas dentro e fora do Brasil. Algumas delas com critérios bastante rígidos para a obtenção do indexamento. Atualmente estamos indexados em sete plataformas. Um bom número para uma revista nova como a nossa. Como podem ver, o trabalho não para.

A Terra de Pretos é também um reconhecimento e uma homenagem a este município de pretos que nos acolheu e ainda nos acolhe cotidianamente com sua simpatia, sabedoria e generosidade. Carregar esse nome impõe a nós da UFMA uma responsabilidade grande com a sabedoria ancestral dos que aqui viveram e daqueles que ainda nos ensinam diariamente a viver a pluralidade, a diversidade e o respeito ao outro.

Nossa universidade compreende bem o valor que os pretos têm para Codó, pois já está nesse município desde 1972 abrindo suas portas à população codoense, formando profissionais importantes para educação do município e dos sertões do leste maranhense. De fato, ela tem garantido significativamente o acesso de Pretos e Pardos através dos cursos de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais/Biologia e Licenciatura em Pedagogia. A Revista também coroa os 10 anos de Licenciaturas Interdisciplinares no Campus de Codó completados em 2020 e os 48 anos de existência do Campus neste território de Pretos, cujo município fez 124 anos de sua elevação à categoria de cidade também no ano passado.

A Terra de Pretos tem propósitos ousados para o ano de 2021, onde já está em fase de edição o seu segundo número e um Dossiê para o segundo semestre. Se você está lendo essa entrevista e se interessou pela revista, visite nosso site <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/terradepretos/index>

9. Como você avalia o horizonte de possibilidades para programas de pós-graduação em instituições de ensino superior nos sertões?

Falei anteriormente da necessidade de Programas de Pós-Graduação no interior do Maranhão dada a carência que temos em nosso estado. Em 2015 em parceria com minha companheira de vida e de UFMA, a Professora Cristiane, com a colaboração de alguns colegas, encaminhamos uma proposta de Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica na Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMA. A proposta foi avaliada e aprovada para submissão na Capes. Submetemos a proposta junto à Capes e a mesma recebeu três SIM e um NÃO nos quatro itens de avaliação, o qual nos retirou a possibilidade de termos o primeiro Programa de Pós-Graduação no Campus de Codó.

Vale sublinhar que recorremos do único não que recebemos tendo em vista que acreditávamos que poderíamos reverter a negativa da instituição, cientes das potencialidades de nossa proposta e da necessidade que a região dos sertões do leste maranhense tem de uma pós-graduação. Não foi possível. Mesmo rogando pela compreensão da Capes acerca de nossas carências, assim como que ela levasse em consideração pontos nos currículos avaliados que, ao nosso ver, não foram computados, não foi possível reverter a situação. A instituição negou nosso recurso e nós continuamos sem um Programa de Pós-Graduação.

Com esse balde de água fria que recebemos ficamos até o ano passado sem apresentar uma nova proposta de mestrado na UFMA e na Capes. Mas, movidos pela necessidade de formação continuada em nossa região, apresentamos novamente uma proposta de Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica junto à UFMA. A proposta está aprovada desde o ano passado em nossa IES, porém a Capes não abriu a Plataforma Sucupira para o recebimento de proposta de novos Programas de Pós-Graduação.

A opção pelo Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica se deu por dois motivos: a necessidade que temos de formação continuada no município de Codó e região e a heterogeneidade das áreas de formação de nossos docentes, fato que impede que alcancemos um número mínimo de dez professores de uma mesma área para um mestrado em uma disciplina específica. Mas isso não é ruim para a educação e para os professores. De fato, essa heterogeneidade favorecerá profissionais de diversas áreas, tendo em vista as áreas de pesquisas que ofereceremos no mestrado. Não posso deixar de mencionar novamente que joguei a semente para que possamos criar um mestrado em História em parceria com a UEMA de Caxias. Acredito que podemos ir

dialogando uma proposta até termos um casamento acadêmico em prol da nossa região e da História.

10. Guardamos esse espaço da última pergunta para você deixar um recado para os leitores e leitoras da revista, interessadas em estudos de história, formação de professores e temáticas “sertanejas”. Desde já, agradecemos imensamente sua contribuição.

A sensação que senti ao iniciar meus estudos de História no Campus da UEMA de Caxias, felizmente, não foi a mesma que tive ao concluir o curso. O desânimo que a professora substituta passou nas primeiras aulas não durou por muito tempo [nós tínhamos poucos professores efetivos]. Permaneceu somente até eu encontrar professores empolgados com a disciplina e com o que ela poderia possibilitar aos discentes. O tempo passou e no final da década de noventa, depois de uma longa jornada que durou mais de sete anos, devido à permanente falta de docentes, lá estava eu formando orgulhosamente em História. Empolgado, também [rsrsrs].

Apesar disso, sai da UEMA de Caxias como certa vez me disse um professor de História: com mais dúvidas do que certezas. Mas esse mesmo docente dizia que isso era um bom sinal. Eu não achava isso, mas deixei para lá. Acontece que o diabo das dúvidas passou a me perturbar e eu passei a questionar se realmente sabia algo sobre História. Não demorei muito para descobrir que o aprendizado de História nunca acaba e que o fato, como nos diz Keith Jenkins, Edward Carr e outros historiadores que lemos, não muda. O que muda é a interpretação a respeito dele.

E foi assim, com novas interpretações e novos paradigmas, que subi mais um degrau na escada infinita do aprendizado de História. Essa nova fase ocorreu na Universidade Federal do Piauí onde entrei em contato com nomes estranhos da História que hoje são bastante comuns em nossas graduações, como Duby, Burke, Le Goff, Braudel, para citar alguns estrangeiros. Lá conheci pessoalmente Solimar Lima, Teresinha Queiroz, Tanya Brandão, historiadores piauienses de escritas densas e profundas acerca da História Local e de um Brasil que eu não conhecia e que muitos ainda não conhecem. Mas, por que estou falando isso em minhas considerações finais? Porque acredito que os estudos de História mais fascinantes estão bem próximos de nós e às vezes não notamos. Porque creio que temos grandes historiadores em instituições do Nordeste e em nossas próprias instituições e não valorizamos, não financiamos suas

pesquisas, suas publicações, assim como não compramos seus livros para serem distribuídos e lidos nas escolas públicas. Acredito que por conta disso desconhecemos livros que deveriam ser de leitura obrigatória, como *Braço Forte*, de Solimar Lima, que trata da escravidão no Piauí no século XIX e nos traz uma leitura minuciosa da escravidão no sertão piauiense que se mistura ao maranhense⁸. Meus alunos da UEMA de Caxias no período em que fui substituto, entre 2006 e 2007, tiveram a oportunidade de ler e conhecer o autor. Boa parte ficou fascinado com o autor e com o que leu em sua obra.

Ao concluir essa entrevista, gostaria de ter uma receita infalível para deixar aqui acerca dos estudos de História e sobre a formação de professores de História, mas não tenho. O que tenho a dizer é que nada mudará nessa sociedade excludente e em suas vidas de historiador e de professor de História, se não informarem, explicarem, ponto por ponto, didaticamente como professores que são, as razões da pobreza, da fome, da miséria e da desigualdade em nosso país e no mundo para cada aluno de vocês do ensino fundamental ao superior. Digo isso porque sabemos as razões e não podemos guardá-las para nós, pois estaremos cometendo o pecado da omissão.

Finalizo agradecendo aos companheiros historiadores que me deram essa oportunidade de falar aqui um pouco de minhas experiências pelos meandros da História. De expor o que penso sobre História, Ensino e Formação de Professores de História em nossa região e o reflexo do nosso trabalho de historiador no Ensino Superior em instituições públicas do Maranhão. Estarei sempre aberto para dialogar a respeito de minhas concepções sobre os temas tratados aqui nessa entrevista.

Muito obrigado.

⁸ LIMA, Solimar de Oliveira. *Braço forte*: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871). Passo Fundo: UPF, 2005.